

Muitas vagas para pouco salário

OSWALDO BUARIM JUNIOR

Se depender dos salários da administração federal para contratar técnicos para seu governo, o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso estará em maus lençóis. O governo dispõe de 52.466 cargos em comissão, dos quais 18.712 podem ser ocupados por profissionais não vinculados ao serviço público, mas a remuneração oferecida chega a ser seis vezes menor que os salários pagos pela iniciativa privada. Um secretário-executivo de ministério recebe R\$ 1.718,00 por mês, enquanto um vice-presidente de empresa privada chega a receber R\$ 9 mil.

O maior problema para a montagem da cúpula de governo é a proliferação de cargos em comissão com salários muito baixos. Com exceção dos 27 ministros de Estado e do advogado-geral da União, que recebem R\$ 3.138,00 por mês, são 18.684 cargos em comissão, no Poder Executivo, com vencimentos abaixo de R\$ 1.800. O presidente da Agência Espacial Brasileira, criada no governo Itamar para facilitar o acesso a novíssimas tecnologias com a garantia de que não haverá emprego militar, receberá R\$ 1.718,00 se não for funcionário público de alguma empresa estatal com melhor salário.

Chefia — “Com estes salários virão para Brasília pessoas como as que foram morar na Academia de Tênis por conta do PC Farias ou pessoas sem cérebro para estar à frente das mais importantes decisões”, critica o deputado Augusto Carvalho (PPS-DF). Na sua opinião, o novo governo deverá melhorar a remuneração dos principais cargos de chefia — de ministro a diretor de departamento ou assessor especial — e profissionalizar todos os demais cargos, como delegado regional de Ministério. De DAS 1 a 4, pela Lei, os cargos deveriam ser preenchidos por servidores concursados, mas a medida provisória da Advocacia-

Geral da União suspendeu temporariamente esta exigência.

Nos últimos anos o governo aumentou as vagas, mas não os salários. Desde a posse do presidente Itamar Franco, foram criadas mais de 4 mil vagas para cargos em comissão. Atualmente, estão em vigor quatro medidas provisórias que criaram 332 cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e 194 Funções Gratificadas (FG) na Secretaria de Assuntos Estratégicos, Receita Federal e Sunab. As MPs detalham os 77 cargos DAS e 293 funções gratificadas no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Pela MP 642, o Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal está autorizado a nomear para funções gratificadas todos os servidores colocados à disposição do órgão.

DAS — De acordo com especialistas do governo no Poder Legislativo — que paga melhor e constantemente *rouba* funcionários do Executivo —, a proliferação de cargos em comissão com salários baixos é utilizada pelo governo como uma forma discricionária de dar aumento salarial sem beneficiar todo o quadro de funcionários. “O governo terceiriza a contratação de funcionários com os DAS e deixa de lado os servidores encostados, quando deveria fazê-los trabalhar”, constata um especialista em recursos humanos. O Poder Executivo emprega 1,6 milhão de pessoas, das quais 300 mil militares e 1,3 milhão civis.

A remuneração muito baixa, segundo especialistas, resulta em subprodutos da pior qualidade: baixa eficiência, descomprometimento com o patrão (o poder público) e até corrupção, caso os titulares dos cargos decidam se entregar ao tráfico de influência. Além dos cargos em comissões, funções gratificadas e gratificações de representação, existem ainda 2.911 cargos de chefia nas universidades federais.